

Agricultura urbana e ruralidades em cidades pequenas: o caso de Martinópolis - SP¹

Daiara Batista Mendes

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

RESUMO

No Brasil, a prática de agricultura urbana em cidades pequenas tem sido frequente enquanto expressão das ruralidades urbanas. Essa atividade carrega consigo inúmeros processos formativos, entretanto, na sua essência, notam-se a presença de praticantes remanescentes do campo, que trouxeram consigo essas práticas tidas como tradicionalmente rurais, desempenhando-as em espaços diversos nas cidades que se tornaram áreas de produção agrícola em pequena escala. Dessa forma, nota-se que as ruralidades, frequentemente referidas como elementos e práticas características do meio rural, não estão restritas a esse espaço, adentrando as diferentes áreas no perímetro urbano. Este artigo tem o propósito de abordar as práticas de agricultura urbana em cidades pequenas, com ênfase em Martinópolis, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo. Para tanto, a metodologia baseou-se em uma revisão bibliográfica sobre as temáticas das ruralidades e da agricultura urbana e na coleta de dados de fontes primárias e secundárias, a partir das pesquisas documental e empírica, com a realização de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários junto aos responsáveis pelas iniciativas individuais e institucionais de agricultura urbana em Martinópolis.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Ruralidades; cidades pequenas; Martinópolis.

Urban agriculture and ruralities in small towns: the case of Martinópolis - SP

ABSTRACT

In Brazil, the practice of urban agriculture in small cities has been frequent as an expression of urban ruralities. This activity carries with it countless formative processes, however, in its essence, the presence of remaining practitioners of the field, who brought with them these practices considered as traditionally rural, performing them in different spaces in cities that have become areas of small-scale agricultural production. However, it is noted that ruralities, often referred to as elements and practices characteristic of the rural environment, are not restricted to this space, entering the different areas in the urban perimeter. This article has the objective to address the practices of urban agriculture in small cities, with emphasis on Martinópolis, located in the far west of the state of São Paulo. To this end, the methodology was based on a bibliographic review of rural and urban agriculture themes and the collection of data from primary and secondary sources, based on documentary and empirical research, with semi-structured interviews and the application of questionnaires to those responsible for individual and institutional initiatives of urban agriculture in Martinópolis.

Keywords: Urban agriculture; Ruralities; small towns; Martinópolis.

¹ Este texto faz parte de discussões realizadas na dissertação de mestrado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – campus de Presidente Prudente, sob a orientação da Prof^a Dr^a Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol e conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. O trabalho com modificações foi apresentado no XIV Enanpege - Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, realizado entre os dias 10 e 15 de outubro de 2021.



Agricultura urbana y ruralidades en ciudades pequeñas: el caso de Martinópolis - SP

RESUMEN

En Brasil, la práctica de la agricultura urbana en ciudades pequeñas ha sido frecuente como expresión de las ruralidades urbanas. Esta actividad lleva consigo innumerables procesos formativos, sin embargo, en su esencia, se notan la presencia de practicantes remanentes del campo, que trajeron consigo esas prácticas tenidas como tradicionalmente rurales, desempeñarlas en diversos espacios en las ciudades que se han convertido en áreas de producción agrícola a pequeña escala. De esta forma, se nota que las ruralidades, frecuentemente referidas como elementos y prácticas características del medio rural, no están restringidas a ese espacio, adentrando las diferentes áreas en el perímetro urbano. Este artículo tiene el propósito de abordar las prácticas de agricultura urbana en ciudades pequeñas, con énfasis en Martinópolis, ubicada en el extremo oeste del Estado de São Paulo. Para ello, la metodología se basó en una revisión bibliográfica sobre las temáticas de las ruralidades y de la agricultura urbana y en la recolección de datos de fuentes primarias y secundarias, a partir de las investigaciones documental y empírica, con la realización de entrevistas semiestructuradas y aplicación de cuestionarios junto a los responsables de las iniciativas individuales e institucionales de agricultura urbana en Martinópolis.

Palabras clave: Agricultura urbana; Ruralidades; ciudades pequeñas; Martinópolis.

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana é um fenômeno em constante expansão, tanto em grandes quanto em cidades de pequeno porte, obedecendo a dinâmicas próprias conforme a finalidade principal da produção de alimentos nessas áreas urbanas. No âmbito deste artigo, revela-se a prática agrícola urbana como uma atividade relacionada à perpetuação dos antigos hábitos rurais do segmento da população das pequenas cidades do interior paulista, com enfoque no município de Martinópolis, constituído em larga escala por produtores urbanos originalmente rurais, onde existe uma tênue relação entre o campo e a cidade

Nas palavras de Carneiro (1998), verifica-se que é amplamente discutido a incorporação de elementos da sociedade urbano-industrial no meio rural, um cenário alavancado pelo processo de modernização do campo brasileiro, na segunda metade do século XX. Nesse contexto, incluindo o debate do “novo rural brasileiro” (SILVA, 1999), nota-se a ascensão de “novas” atividades (agrícolas e não agrícolas) no campo, em outras palavras, o surgimento de “novas ruralidades” tornando-se estratégias de reprodução da população que subsiste nessas localidades, através do aproveitamento das potencialidades do espaço rural.

No entanto, conforme a mesma autora, é importante chamar a atenção também para a perpetuação do modo de vida rural nos interstícios das cidades brasileiras, um fato representado, na perspectiva econômica, pelo consumo “[...] de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do mundo rural (CARNEIRO, 1998, p.59), e do ponto de vista identitário, a partir de migrantes rurais que buscam manter contato com o ambiente do qual são originários através das atividades que lhes são características.

Desse modo, os elementos e práticas ligadas ao modo de vida da população do campo que são desenvolvidas no interior das cidades podem ser entendidas como ruralidades no espaço



urbano. Dentre elas, destaca-se a agricultura urbana, caracterizada pelas atividades agrícolas (cultivo, criação de animais etc.) desenvolvidas no interior do perímetro urbano ou em seus arredores, seja para a comercialização ou o autoconsumo.

Assim, a agricultura urbana ganha importância, seja para o fornecimento de alimentos saudáveis, para geração de renda, ou seja, para reprodução social, redefinindo, assim, os usos dos espaços nas cidades.

O presente artigo tem como objetivo abordar as práticas de agricultura urbana em cidades pequenas, com ênfase em Martinópolis, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo. Para atingir o objetivo proposto, a metodologia baseou-se em uma revisão bibliográfica sobre temáticas como: ruralidades, agricultura urbana, relação cidade e campo, entre outras; e, na coleta de dados e informações a partir de fontes secundárias, tais como documentos e legislações, bem como em sites oficiais do governo, dentre eles o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) etc., a fim de obter dados sobre as práticas, marcos legais, aspectos demográficos e econômicos do município.

A respeito da pesquisa empírica, num primeiro momento, diante da impossibilidade do deslocamento até a área de estudos, dado o contexto pandêmico, foi realizada uma sondagem inicial via contato telefônico, buscando identificar ações governamentais voltadas ao fomento das práticas agrícolas urbanas em Martinópolis, a partir de informações coletadas com agentes públicos do Setor do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Martinópolis e da Casa da Agricultura do município. Além disso, através das redes sociais, identificou-se iniciativas individuais e institucionais de agricultura urbana posteriormente abrangidas no universo da pesquisa.

No segundo momento, com a melhoria das condições sanitárias da pandemia de Covid-19, iniciaram-se os trabalhos de campo, entre os meses de setembro e dezembro de 2021, com a realização das demais metodologias selecionadas, tais como as entrevistas semiestruturadas, da aplicação de questionários e das observações participantes, as quais permitem a compreensão das práticas de agricultura urbana como expressão das ruralidades na cidade de Martinópolis.

O texto está estruturado em duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção será realizado um resgate das principais abordagens teóricas sobre as ruralidades e a agricultura urbana, buscando estabelecer uma aproximação entre estas temáticas na literatura científica. A segunda seção abordará as práticas de agricultura urbana na cidade de Martinópolis, destacando as diferentes iniciativas de produção agrícola urbana em âmbito institucional e individual, bem como os elementos ligados ao processo de formação do município que auxiliam na compreensão da manutenção dessas ruralidades no seu espaço cidadão.

O DEBATE ACERCA DAS RURALIDADES E DA AGRICULTURA URBANA NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Diante das implicações do processo de transformações no campo brasileiro, sobretudo a partir da década de 1960, reverberando na constituição de novos arranjos espaciais, as relações entre cidade e campo, urbano e rural, passam a assumir novas configurações, e,



consequentemente, as ruralidades, tidas como características específicas do modo de vida no campo, também sofrem alterações em sua delimitação.

A perspectiva que será adotada neste artigo no que tange às ruralidades tem sido analisada por diferentes teóricos como Carneiro (1997), Maia (1999), CandiOTTO e Corrêa (2008), LocatEL e Azevedo (2010), Lindner (2012), dentre outros autores que englobam esse fenômeno em suas análises.

O fenômeno das ruralidades é entendido inicialmente como “[...] qualquer elemento ou atividade localizada em área rural” (LINDNER, 2012, p.21), no entanto, sua definição está em constante renovação, em virtude das modificações no cenário do campo brasileiro, tornando-se difícil trazer uma definição que consiga abarcar todos esses novos contextos.

É importante pontuar que se fala em ruralidades, no plural, devido ao fato de que “o campo não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão [...]. Nesse sentido não se pode falar em ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (CARNEIRO, 1997, p. 53).

Dentre as diversas abordagens do conceito tratadas por diferentes autores, é importante o resgate de algumas das principais definições que interpretam o fenômeno das ruralidades sob perspectivas distintas.

Medeiros (2017), ao analisar os novos significados do rural tradicional, traz sua concepção pautada na perspectiva da sociabilidade inerente à população do campo, a partir de aspectos como vínculos entre a vizinhança, senso de comunidade e ajuda mútua, além de pontuar elementos da memória afetiva, sentimento de pertencimento e herança cultural desses povos. Assim, para a autora,

[...] a ruralidade pode ser entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano [...]. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados (MEDEIROS, 2017, p.182).

Nesta mesma perspectiva, CandiOTTO e Corrêa (2008) as definem como sendo “[...] objetos e ações característicos do rural, e fazem parte da identidade da população rural” (p.230), também incorporando nessas ruralidades a questão do pertencimento ao seu local de vivência.

Outra autora que apresenta sua abordagem sobre o conceito é Michele Lindner, a qual, a partir do seu estudo sobre a organização do espaço sob o olhar das ruralidades no pequeno município de São João do Polêsine, localizado no Rio Grande do Sul, aponta que:

[...] as ruralidades não estariam relacionadas diretamente a atividades agrícolas, mas sim a características culturais ligadas aos modos de vida das pessoas que habitam o rural, aos modos de vida tradicionais do campo, que influenciam atitudes e comportamentos e que não são necessariamente encontrados apenas nas áreas rurais (LINDNER, 2012, p.21).

No presente estudo busca-se adotar essa concepção apresentada pela autora pelo fato de considerar que essas características próprias do mundo rural também são disseminadas no



espaço urbano, seja em decorrência da vivência anterior dos sujeitos urbanos e/ou pela influência da mídia que tem difundido uma visão do “[...] rural como sinônimo de natureza e vida mais saudável” (LINDNER, 2012, p. 24).

Conforme Candiotto e Corrêa (2008), essas ruralidades são materializadas pelo “apego à terra, às atividades agropecuárias, o modo de vida rural, o vínculo com as plantas e animais, o jeito de falar, o orgulho por ser do campo [...]” (p. 238). Esses modos de vida historicamente associados à população rural estão “relacionados a simplicidade, tranquilidade e ao trabalho em contato com a natureza, embora na atualidade sob influências das tecnologias do maior acesso às informações, ainda carregam fortes resquícios de um ‘mundo rural tradicional’” (LINDNER, 2012, p.20).

Diante dessas novas configurações do espaço, nota-se a inexistência de uma “dualidade marcada” entre campo e cidade, seja esta a delimitação a partir de um marco físico ou mesmo através de uma legislação oficial. Para Carneiro (2008), “a expansão do meio rural, em função do avanço das fronteiras agrícolas, sempre se fez acompanhar da multiplicação de cidades; em contrapartida, nos centros urbanos pôde-se notar a influência da cultura rústica” (p.45). Nesse sentido, analisa-se que, ao mesmo tempo em que aspectos urbanos vêm adentrando o campo, nota-se também uma forte influência rural na cultura e nos hábitos urbanos, se constituindo como verdadeiras ruralidades no espaço urbano.

Em cidades de pequeno ou grande porte, verificam-se cada vez mais os resquícios do rural expandindo sobre o seu perímetro urbano, considerando que “[...] o campo não se limita a ocupar as bordas do seu “tecido”, mas adentra pela sua malha, através de vazios urbanos, das margens dos vales dos rios e/ou das vias que a cortam” (MAIA, 1999, p.215). Dessa forma, segundo Locatel e Azevedo (2010) “dentro da malha urbana existem ilhas de ruralidade ‘pura’” (p. 06).

A partir desta constatação, nota-se que as ruralidades sofrem mutação nesse processo, num contexto (embora contraditório) em que a natureza tem tido destaque quanto um espaço de qualidade de vida, lazer e ócio, e, por essa razão, nota-se esse interesse crescente por um retorno àquilo tido antes como “primitivo”, “atrasado”. Nesse sentido,

[...] não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do mundo rural (CARNEIRO, 1997, p.59).

Essas ruralidades no espaço urbano têm sua gênese a partir das “[...] vivências passadas dos cidadãos no espaço rural, ou na atual valorização e idealização do rural pela mídia e por outros atores urbanos” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 238), onde o rural tem sido entendido como mercadoria em face das alterações no espaço decorrentes da “tecnificação do campo”.

Embora se configurando como parte importante das grandes cidades e metrópoles, são nas pequenas cidades do interior que essas ruralidades se apresentam com maior força. Isso decorre do fato de que “nesses locais existe uma carga cultural, que pode ser traduzida através



do apego as tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, sua religiosidade, festividades, gastronomia e economia” (LINDNER, 2012, p. 21). Nessas áreas, as influências do rural “[...] configuram toda a dinâmica espacial, social e cultural desses pequenos lugares, dando-lhes identidade e influenciando na organização de seus espaços” (LINDNER, 2012, p. 24), uma vez que se tornam parte constituinte da sua dinâmica socioeconômica.

Essas “ações e objetos técnicos característicos do rural” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 230) vêm sendo incorporados ao modo de vida urbano, ao longo da história, estando materializadas a partir do estilo country, das músicas (sobretudo, das sertanejas), das festas como rodeios e quermesses, e, principalmente, pelas práticas agrícolas, sejam elas a criação de animais, o cultivo, a exploração de recursos naturais etc., as quais têm sido frequentes não apenas no espaço, mas também na economia urbana, no caso da comercialização dos produtos gerados por essas atividades.

Com enfoque nas práticas agrícolas, percebe-se que “há uma revalorização da natureza, configura-se uma urbanidade que revaloriza o modo de vida no campo e a produção de alimentos benéficos à saúde, a partir de uma proposta de agricultura orgânica” (MEDEIROS, 2017, p.186).

É neste contexto que se insere o debate sobre as práticas de agricultura urbana a partir da constatação da atividade como uma manifestação das ruralidades no espaço urbano. No início do debate sobre a produção de alimentos na cidade, essa prática foi definida como sendo atividades que “[...] referem-se à utilização de pequenas superfícies situadas dentro das cidades ou em suas respectivas periferias para a produção agrícola e criação de pequenos animais, destinados ao consumo próprio ou a venda em mercados locais” (FAO, 1999).

Esta definição amplamente difundida no cenário de ascensão do debate sobre a agricultura urbana apresenta uma carência de elementos que possam diferenciá-la da agricultura rural, considerando que a conceituação apresentada não vai além de diferenciá-las quanto à sua localização espacial, sendo necessário integrar outros aspectos ligados ao ambiente urbano que norteiam sua realização.

Diante disso, Mougeot traz para o debate um elemento que, em seu ponto de vista, é o principal diferenciador entre a agricultura urbana e a agricultura praticada em áreas rurais: o fato de ela estar “integrada no sistema econômico e ecológico urbano” (MOUGEOT, 2000), considerado por ele como “ecossistema urbano” onde deveriam ser utilizadas diferentes determinantes referentes às práticas agrícolas em áreas urbanas, como o manejo de solos urbanos, os sistemas urbanos de abastecimento de alimentos, a segurança alimentar urbana, dentre outros aspectos.

Assim, o autor define a agricultura urbana como aquela:

[...] praticada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re) utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (MOUGEOT, 2000).



Outra concepção mais pautada na dinâmica produtiva de sua prática, é apresentada por Boukharaeva, Chianca, Marloie, Machado e Machado (2005). Para os autores, a agricultura urbana “é uma microagricultura intensiva, cujos produtos são destinados à demanda local, na qual predominam os ciclos curtos e os pequenos circuitos de produção. Essa modalidade é amplamente praticada por famílias pobres, em espaços reduzidos, no interior e na periferia das cidades” (p. 416-417). Nessa definição são englobados fatores como a proximidade dos produtos com o seu consumidor final que, na maioria das vezes, reside ao redor da área de produção, além da acessibilidade em termos monetários na sua aquisição por parte dos moradores das cidades, sobretudo no caso da população pobre.

Conforme apresentado anteriormente, o início das práticas agrícolas em áreas urbanas tem uma íntima ligação com o surgimento das primeiras cidades, no entanto, a prática da agricultura urbana “[...] deve o seu desenvolvimento atual à modernização da agricultura que provocou uma forte migração de regiões rurais para as cidades a partir da década de 1940, mas sobretudo a partir das décadas 1960 e 1970. Essa urbanização recente e rápida influenciou todos os aspectos da produção e do consumo alimentar” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p. 11).

Quanto ao perfil dos praticantes de agricultura urbana, apresenta-se o argumento de Coutinho e Costa (2011) contrapondo a ideia de que a vivência anterior no campo é um dos requisitos para o desenvolvimento da atividade pela população urbana. Para esses autores, “[...] a origem rural não indica necessariamente uma vivência de realização do indivíduo através do trabalho na terra, mesmo que esse seja um praticante de agricultura urbana, e nem mesmo é determinante para despertar o gosto pelo manejo da terra. Há indivíduos originalmente urbanos que primam pela prática da agricultura urbana” (p.87).

Nesse sentido, tanto nos casos em que a prática representa uma herança cultural do indivíduo, quanto naquelas que a atividade surge através de outras influências, essas “[...] atividades agrícolas nas zonas urbanas e periurbanas correspondem à natureza bio-sociocultural da pessoa e às necessidades mais profundas (ligação com a natureza, ...)” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p. 14).

Essa mudança na relação cidade-campo também traz reflexos nos espaços da agricultura urbana, visto que, segundo Ferreira e Castilho (2007), torna-se necessária a “[...] adaptabilidade da atividade às mudanças ocorridas nos espaços urbanos, tanto no que tange à expansão física, quanto à diminuição da visibilidade das fronteiras urbano-rurais” (p.12).

Conforme afirmam Coutinho e Costa (2011), “a agricultura urbana não é prática nova, mas é um campo de pesquisa novo [...]” (p.81), tendo o seu advento na década de 1980, devido às motivações ressaltadas anteriormente. Dada à relevância econômica, social e ambiental do tema em questão - embora as práticas de agricultura urbana ocorram em grande parte das cidades do Brasil e do mundo -, o enfoque dos trabalhos e pesquisas até então realizadas têm privilegiado as experiências ocorridas nos grandes centros urbanos.

Neste sentido, trazer para a abordagem a prática da agricultura urbana em cidades médias e pequenas, conforme são abordados em estudos como Ricarte-Covarrubias, Ferraz e Borges (2011), Mendes (2018), Hespanhol, Pereira e Hespanhol (2019), entre outros autores, têm contribuído para a compreensão deste fenômeno em todas as áreas do país, sob as mais

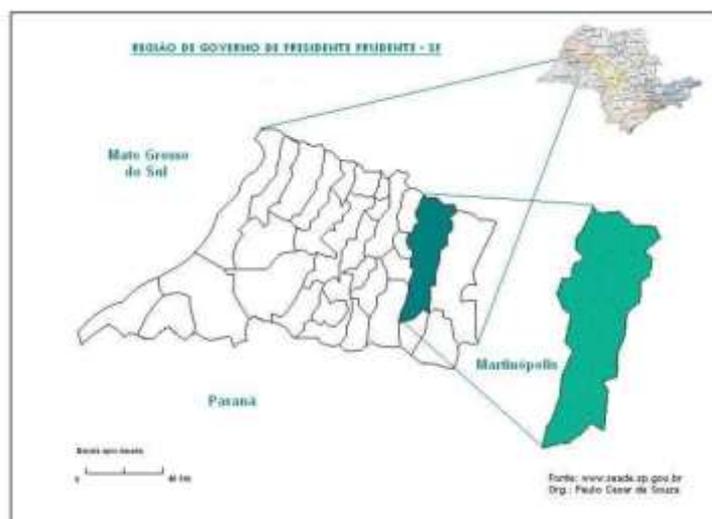
diferenciadas motivações e dinâmicas próprias de cada uma destas, bem como a forma com que estas experiências têm sido pensadas no âmbito das políticas públicas municipais, estaduais e federais, de forma a apresentar suas contribuições em âmbito social, ambiental e econômico, além de sua estreita vinculação com os antigos hábitos do rural tradicional.

Neste contexto, o presente artigo busca compreender as práticas de agricultura urbana em cidades pequenas, a partir do caso de Martinópolis, Estado de São Paulo, na qual seu processo de formação esteve intimamente ligado ao desenvolvimento da agricultura, carregando resquícios desses elementos em sua configuração atual.

A AGRICULTURA URBANA COMO EXPRESSÃO DAS RURALIDADES NA CIDADE DE MARTINÓPOLIS

O município de Martinópolis, delimitado como recorte espacial deste artigo, é pertencente à Região de Governo de Presidente Prudente (Figura 1) e tem uma área total de 1.253 km², sendo um dos maiores em extensão territorial da região do Oeste paulista. Além de sua sede, a cidade de Martinópolis, o enfoque da pesquisa, o município é constituído também por dois distritos: Guachos (Vila Escócia) e Teçaindá.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Martinópolis na Região de Governo de Presidente Prudente – SP.



Fonte: Souza e Hespanhol (2010, p. 171).

Conforme dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010, a população total do município era de 24.219 habitantes, sendo 20.341 (83,9%) residentes na área urbana e 3.878 (16,1%) habitantes na área rural.

Martinópolis pode ser caracterizada como uma cidade pequena a partir de dois fatores, sendo eles: os aspectos demográficos e sua inserção na rede urbana regional. Com base na delimitação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) baseada no critério demográfico, esta é considerada como de pequeno porte por apresentar uma população estimada de 26.628 habitantes, em 2020 (IBGE, 2021).



Já em vista de sua posição na hierarquia urbana, ou seja, do nível de centralidade que a cidade exerce em relação a outros centros urbanos, no que se refere ao acesso a bens e serviços, Martinópolis é vista como um centro local (IBGE, 2020), último nível hierárquico, tendo como capital regional ou cidade intermediária a cidade de Presidente Prudente, com a qual estabelece intensas interações espaciais.

A ocupação e o povoamento da área pertencente ao atual município de Martinópolis se deu a partir das primeiras décadas do século XX. Os primeiros imigrantes foram se estabelecendo no espaço rural, considerando o fato de que a economia tinha como base as atividades agrícolas, inicialmente o cultivo de café, mais tarde o algodão e o amendoim. Nesse contexto, verifica-se a importância dos bairros rurais que vão se fortalecendo nesse momento da história de Martinópolis, onde muitos deles se tornaram Distritos pertencentes ao município.

Com a expansão dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1917 foi inaugurada a estação José Teodoro. Em 1924, o Coronel João Gomes Martins lançou o loteamento urbano de José Teodoro, nas proximidades dos trilhos da linha férrea, dando início às primeiras residências e casas comerciais (DALTOZO, 1999).

Em fins dos anos 1960, assistiu-se a um esvaziamento do campo, bem como a redução da população total do município, alavancado pelo cenário de êxodo rural diante da nova dinâmica no espaço agrário brasileiro, marcada pela expansão da pecuária, declínio das lavouras, dentre outros fatores.

Esse processo constituiu profundas mudanças no cenário urbano e nos modos de vida dessa população. Embora grande parte do contingente populacional do campo não se deslocou para a cidade de Martinópolis, buscando oportunidades em outras cidades e em regiões mais dinâmicas do Estado, verifica-se a existência de dois tipos distintos de habitantes advindos do campo que coexistem na realidade urbana do município, sendo eles: os pequenos proprietários que “passaram a se dedicar a outras atividades na área urbana dos distritos e na sede do Município” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.103) e os trabalhadores rurais pobres que “se transformaram em mão-de-obra volante, ocupando os bairros periféricos” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p. 103).

É importante destacar o papel das comunidades rurais no processo de formação do município, uma vez que os modos de vida rural frequentemente refletem nas práticas espaciais da população urbana, visto que uma parte expressiva de seus moradores é advinda do campo, sobretudo na tentativa de resgatar e perpetuar tradições e hábitos da vivência rural, entre os quais destaca-se a prática da agricultura urbana, compreendida nesse estudo como expressão das ruralidades no espaço urbano de Martinópolis.

Neste item, serão apresentados os resultados parciais da pesquisa em andamento, que analisa as práticas de agricultura urbana como manifestação das ruralidades na cidade de Martinópolis. A partir dos trabalhos de campos, foram realizadas visitas a 10 produtores e 5 instituições públicas e privadas que desenvolvem práticas agrícolas no espaço urbano, além da Horta Municipal.

Em âmbito institucional, a área de estudos conta com vários projetos desenvolvidos por entidades assistenciais e órgãos públicos municipais e estaduais visando a produção agrícola em área urbana, os quais serão arrolados neste artigo, entre eles: 1) o Centro de Atenção



Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps Ad); 2) a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; 3) a Creche Municipal “Liamar Jóia de Carvalho”; 4) a Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”; 5) a Vila Vicentina “Frederico Ozanam”; e, 6) a Horta Municipal, gerida pelo Departamento de Agricultura do município.

Embora não haja uma política pública municipal visando o estímulo à prática, nota-se a ocorrência de ações pontuais, desenvolvidas sobretudo a partir de iniciativas institucionais, as quais ganham destaque nesse trabalho, além daquelas de caráter individual, que serão enfatizadas posteriormente.

Um dos projetos institucionais de agricultura urbana em Martinópolis foi desenvolvido em 2011 pelo Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps Ad), através da implantação de uma horta terapêutica visando a inclusão e reinserção social dos assistidos pela entidade. Essa ação surgiu com o objetivo de auxiliar no tratamento de pessoas em situações de vulnerabilidades devido ao uso de álcool e drogas.

Durante toda a execução do projeto, o manejo da horta estava sob a responsabilidade dos pacientes, os quais, segundo informações da Prefeitura Municipal, se encontravam envolvidos diretamente no processo de criação, organização e manutenção do espaço de cultivo, acompanhados por profissionais como terapeuta ocupacional, assistente social e funcionário de serviços gerais.

A produção foi destinada à alimentação dos assistidos na própria entidade, ao passo que o excedente dos produtos cultivados era direcionado às suas residências. Conforme dados da instituição, o plantio se deu por sistema de produção orgânico, onde são empregadas técnicas naturais de cultivo, sem o uso de produtos químicos, sobretudo de agrotóxicos.

Outro exemplo a ser destacado, com o mesmo viés terapêutico, é o da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – de Martinópolis, que desenvolve duas atividades incluindo o plantio e o manejo agrícola na entidade: o Projeto Horta e o Projeto Horta Suspensa, nos quais os atendidos acima de 30 anos são estimulados ao contato com o meio ambiente, plantando, cultivando e colhendo as diversas hortaliças (Figura 2).

Figura 2 – Atendidos pela APAE realizando o manejo da horta na entidade.



Fonte: Reprodução/Facebook (2020).

Além da sua utilização nas refeições da instituição, as hortaliças são destinadas à comercialização, por meio de uma parceria entre as famílias e a APAE, que dividem os lucros obtidos entre ambos. A entidade reverte esse valor para as despesas dos próprios projetos de produção de alimentos, além de outras atividades extraclasse como passeios e viagens, no contexto pré-pandêmico.

Corroborando essa análise da atividade como auxílio no tratamento terapêutico, Boukharaeva, Chianca e Marloie (2007) pontuam que “[...] a agricultura urbana traz soluções às carências alimentares e as doenças, mas também contribui igualmente para remediar a destruição cultural, a violência e o alcoolismo” (p. 20). Diante dessa perspectiva, identifica-se a importância do desenvolvimento dessa prática por pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando a ressocialização ou inserção na sociedade desses indivíduos.

Essas ações também evidenciam o seu importante papel educacional, ao pensá-la como uma forma de aprendizagem de um novo ofício que pode (re) inseri-los no mercado de trabalho, oferecendo a esses assistidos os conhecimentos necessários para o desenvolvimento dessas práticas voltadas à sua subsistência, visando tanto uma alimentação saudável quanto a agregação da renda das famílias.

Uma das iniciativas de horta urbana no âmbito educacional desenvolvido em Martinópolis, surgiu através do projeto Meio Ambiente na Sala de Aula, implantado no ano de 2017 na Creche Municipal “Liamar Jóia de Carvalho”. O manejo da área de cultivo era executado pelas docentes da instituição pública de ensino, com a participação dos alunos nas diferentes etapas do projeto, desde a escolha da área até a colheita das hortaliças, utilizadas para a complementação da merenda escolar.

Segundo informações do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente de Martinópolis,

entre os benefícios alcançados com o projeto horta escolares, se destacam a produção e consumo de alimentos naturais (sem agrotóxicos) pelos alunos, atividades ligadas à culinária na escola, troca de conhecimentos, inserção de assuntos como a economia doméstica, a influência nas escolhas alimentares das crianças, além de apresentar na



prática as consequências que ações do homem têm em relação ao meio ambiente (DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, 2017).

Outra horta urbana em espaço escolar está sendo desenvolvida na Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”, enquanto uma atividade pedagógica em alusão ao Dia Mundial de Combate ao Uso de Agrotóxicos, celebrado no dia 03 de dezembro. Nessa ocasião, um docente e demais funcionários iniciaram o cultivo de alimentos em uma horta orgânica, concomitantemente à volta às aulas presenciais obrigatórias na rede estadual paulista, no atual contexto pandêmico.

Com o intuito de fomentar as aulas e os conteúdos pedagógicos, a partir dos conhecimentos adquiridos no espaço da horta, o docente pontua a relevância do projeto no rendimento escolar de alunos que possuem baixo desempenho e/ou dificuldades de aprendizagem, desencadeadas, sobretudo, pelo período de ensino remoto.

A ação foi realizada nos momentos finais do quarto bimestre do ano de 2021 com estudantes do Ensino Fundamental II, sendo estes também responsáveis pela manutenção da área de cultivo, plantio e colheita das hortaliças (Figura 3).

Figura 3 – Estudante auxiliando no plantio da alface na Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”.



Fonte: Cedida pelo docente (2021).

Além de tratar-se de uma estratégia de educação nutricional e ambiental, estes projetos revelam também a transmissão de saberes e práticas entre as gerações. Para Boukharaeva, Chianca e Marloie (2007), “esta transmissão compreende a educação básica, pré-escolar das crianças, quando adultos ensinam as crianças a reconhecer as plantas, plantar e manter os legumes [...], cortar, ou mesmo experimentar novas variedades de frutos e legumes.” (p. 21).

Assim, as hortas escolares visam a garantia da segurança alimentar e nutricional por parte dos estudantes, proporcionando a eles o acesso à alimentos de qualidade, estimulando-os a consumirem hortaliças e leguminosas e estimulando essas crianças e adolescentes a auxiliarem no cultivo agrícola nos quintais de suas próprias residências.



Evidencia-se também a horta de canteiros elevados instalada na Vila Vicentina “Frederico Ozanam” (Figura 4), que atende a idosos em situação de vulnerabilidade de Martinópolis. Trata-se de uma ação que visa, além do incremento da alimentação da instituição, o resgate às tradições rurais por parte desses idosos.

Figura 4 – Horta na Vila Vicentina.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Em âmbito governamental, desde 2009, o município conta com uma Horta Municipal, na qual o cultivo ocorre em uma estufa agrícola instalada em um terreno público municipal (Figura 5), através da mão-de-obra de duas funcionárias públicas e dois voluntários sentenciados à prestação de serviços à comunidade.

Figura 5 – Horta Municipal.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Essa horta surgiu enquanto uma ação do Projeto Estadual Hortaliçmento (Decreto nº 50.233/2005), que tinha como objetivo central “promover e melhorar o abastecimento local de



hortaliças, gerando trabalho e renda por meio da potencialização de canais de escoamento da produção” (SÃO PAULO, 2005, p.01), por meio de convênio entre o Estado, os municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

Segundo o agrônomo responsável, a área de cultivo conta com uma produção mensal de 800 a 1000 unidades de hortaliças, as quais são destinadas às entidades municipais, tais como Santa Casa, Vila Vicentina, além de atender a famílias carentes cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Além dos projetos desenvolvidos por entidades e escolas, durante a pesquisa de campo observou-se também os produtores individuais, ou seja, aqueles que cultivam alimentos em lotes privados, cedidos ou ocupados, como é o caso da linha férrea. Dentre os produtores individuais, na fase das pesquisas de campo, foram identificadas quatro áreas de cultivo, mantidas, sobretudo, através de mão-de-obra familiar e voltadas à comercialização dos produtos e autoconsumo do excedente gerado.

Como grande parte da produção da agricultura urbana, essas iniciativas individuais dedicam-se ao cultivo de hortaliças (alface, rúcula, espinafre, couve, cebolinha, salsinha, almeirão, chicória, etc.), além de alguns legumes, como jiló e mandioca (Figura 6).

Figura 6 – Cultivo de hortaliças em terreno privado no Parque Oásis.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Os produtos alimentícios gerados pela agricultura urbana em Martinópolis geralmente são acessados pela população através de meios de comercialização informais, tais como na própria área de cultivo, através de entregas a domicílio e/ou em banca de produtos (“feirinha”). No entanto, nos casos identificados, destaca-se também a venda desses produtos no comércio formal, como em açougues, quitandas e restaurantes locais, localizados tanto nos bairros quanto na área central da cidade, demonstrando a relevância dessa produção na economia urbana.

No caráter individual, destaca-se também o cultivo de alimentos e a criação de animais ao longo da linha férrea que corta a cidade (Figura 7). A ação é desencadeada por parte de alguns moradores do entorno dessa área ociosa da antiga Fepasa (Ferrovia Paulista S.A) - hoje pertencente a empresa Rumo Logística², visando torná-la um espaço de produção agrícola na cidade, em face à sua degradação pelo descarte irregular de lixo desde o encerramento das atividades do transporte ferroviário em Martinópolis.

Figura 7 – Prática da agricultura urbana ao longo da linha férrea.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Em suma, verificou-se as diversas facetas da prática da agricultura urbana em Martinópolis, nas quais se destacam a produção agrícola para fins terapêuticos, educacionais e, principalmente, nutricionais, além daquelas de cunho econômico na perspectiva individual. Dentre a diversidade das práticas agrícolas urbanas representadas acima, destaca-se que em seu cerne elas se caracterizam como elementos característicos do campo presentes nos interstícios da pequena cidade, revelando, assim, a presença das ruralidades no espaço urbano de Martinópolis, em consonância com o processo de formação do município onde a agricultura se conformou como a base da economia local, reverberando nas práticas espaciais dos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na literatura acadêmica, as ruralidades estão frequentemente associadas a ascensão de “novas” atividades - agrícolas e não agrícolas – que despontaram no campo brasileiro nas últimas décadas, marcadas, sobretudo, pela incorporação de elementos da sociedade urbano-industrial no meio rural. No entanto, as cidades de diferentes portes, em especial, as pequenas, também carregam em seu cotidiano algumas expressões materiais e imateriais dessas ruralidades, tal como evidencia-se a prática da agricultura urbana.

Na cidade de Martinópolis, a gênese da agricultura urbana encontra-se intimamente ligada ao seu processo de formação, onde as atividades agrícolas se consolidaram como a base

² Vale destacar que em 1998, as ferrovias paulistas pertencentes a FEPASA (Ferrovia Paulista S.A) foram privatizadas por sistema de concessões passando para a Ferrovia Bandeirantes S.A (FERROBAN). Em 2006 passa a ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A e atualmente, o trecho da ferrovia em Martinópolis é pertencente a Rumo, empresa resultante da fusão entre Rumo Logística e ALL – América Latina Logística, em 2016.



da economia local, propiciadas, sobretudo, pelos ciclos produtivos do café, do algodão e do amendoim. Nesse cenário, os bairros rurais fortaleceram a organização socioespacial do município, repercutindo na sua configuração atual.

Destes advém parte expressiva dos martinopolenses originários do campo e, conseqüentemente, dos agricultores urbanos locais e suas famílias, que perpetuam essas práticas tradicionalmente rurais em espaços diversos da cidade que se tornaram áreas de produção agrícola em pequena escala.

Com isso, evidencia-se as práticas agrícolas urbanas identificadas na cidade de Martinópolis sob distintas finalidades, seja nos quintais de residências, em terrenos públicos e privados, e nas instituições públicas municipais, a partir de seu potencial educacional e terapêutico. Embora não haja uma política pública em âmbito municipal visando o fomento à prática, nota-se a ocorrência de ações pontuais, desenvolvidas sobretudo a partir de iniciativas individuais e institucionais, como nos casos das hortas terapêuticas e escolares, bem como da horta municipal, enquanto uma iniciativa do poder público local, dentre outras atividades agrícolas urbanas.

Diante disso, chama-se a atenção para a necessidade de adotar a agricultura urbana como um dos componentes das políticas de planejamento urbano, em face das potencialidades da produção de alimentos nas cidades, dada a sua relevância econômica, social e ambiental para a população envolvida.

REFERÊNCIAS

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M. A agricultura urbana como fenômeno universal. In: CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (Orgs.). **Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual**. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M.; MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2005.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K.. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-território**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARNEIRO, M. J.. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.11, p. 53-65, out. 1998.

COUTINHO, M. N., COSTA, H. S. de M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 81-97, jul./dez. 2011.

DALTOZO, J.C. Martinópolis: fruto do café e da ferrovia. In: SILVA, J. L. da (Org.). **Concurso Literário: história do meu bairro, história do meu município**. São Paulo: Arte & Ciência, 2006. p. 203-212.

DALTOZO, J.C. **Martinópolis, sua história e sua gente**. Martinópolis: Gráfica Martipel, 1999.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE MARTINÓPOLIS. **Horta na Creche “Liamar Jóia de Carvalho”**. 2017. Disponível em: <



<http://ambientemartinopolis.blogspot.com/2017/08/horta-na-creche-liamar-joa-de-carvalho.html>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. de. Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 2, p. 06-23, mai./ago. 2007.

HESPAHOL, A.N; PEREIRA, C. da S.; HESPAHOL, R.A.M. A diversidade da agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente – SP. **Campos Neutrais**, v. 1, n. 2, p. 73-90, maio/ago. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/martinopolis/panorama>. Acesso em: 22 dez. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p.

LINDNER, M. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: São João do Polêsine, RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 19-36, set. /dez. 2012.

LOCATEL, C. D.; AZEVEDO, F. F. de. Gestão do território e a prática da agricultura urbana na cidade de Natal (RN - Brasil). In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 11., 2010, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.

MAIA, D. S.. Hábitos rurais em vidas urbanas. IN: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 214-219.

MATTOS, C.; MENDONÇA, M. M. de; MASELLI, M.; DUPRÁ, R. L. S. N.. Panorama da agricultura urbana e a construção de políticas públicas no Brasil. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n.34, p. 07-17, dez. 2015.

MEDEIROS, R. M. V. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (Orgs.). **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 179-189.

MENDES, D.B. **Agricultura urbana e ruralidades: uma aproximação teórica**. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 14, 2021, João Pessoa. Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78039>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

MENDES, D. B. **As práticas de agricultura urbana como estratégia de garantia da segurança alimentar e da geração de renda no município de Pirapozinho/SP**. 2018. 115 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Cuestiones de la agricultura urbana**. 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/esp/revista/9901sp2.htm>> . Acesso em: 19 jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS. **Horta Terapêutica beneficia usuários de álcool e drogas**. 2011. Disponível em: <<https://www.martinopolis.sp.gov.br/site/index.php?p=noticia&id=680>> . Acesso em: 10 jun. 2021.



RICARTE-COVARRUBIAS, J. D.; FERRAZ, J. M. G.; BORGES, J. R. P. Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 3, dez. 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Decreto nº 50.233, de 10 de novembro de 2005. **Projeto Estadual HORTALIMENTO**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-50233-10.11.2005.html> Acesso em: 06 set. 2021.

SILVA, J. G. da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, IE/UNICAMP, 1999.

SOUZA, P. C. de; HESPANHOL, A. N. A resistência dos bairros rurais no município de Martinópolis – SP. **Revista Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 4, p.99-113, 2002.

VINHOLI, A. C.; MARTINS, P.. Agricultura urbana e êxodo rural. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 66-79, jan./jun., 2012.

HISTÓRICO

Submetido: 11 de Novembro de 2021.

Aprovado: 29 de Novembro de 2021.

Publicado: 31 de Dezembro de 2021.

DADOS DA AUTORA

Daiara Batista Mendes

Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Possui Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela mesma universidade. É membro do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA).

Endereço para correspondência: Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente, Rua Roberto Símonsens, 305, Centro Educacional, Pres. Prudente – São Paulo, Brasil. CEP: 19060-900.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7984-0923>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5343562625235856>.

E-mail: daiaramendes@outlook.com.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

MENDES, D. B. Agricultura urbana e ruralidades em cidades pequenas: o caso de Martinópolis - SP. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 10, n. 19, e202108, 2021.